

ECONOMIA

Emprego público entre advogados cresce 80% no Brasil desde 2019

Desde a Constituição de 1988 foram criados e fortalecidos diversos órgãos que demandam do Estado uma estrutura ainda mais robusta



O número de advogados que trabalham para algum tipo de órgão do Estado, seja na Justiça, no Ministério Público, no Executivo ou no Legislativo, subiu de 31,5 mil para 57 mil entre 2019 e 2025, e nesse período o crescimento foi maior até do que o de profissionais com carteira assinada.

O emprego como celetista entre os advogados, no entanto, não é a forma comum de trabalho, mas, sim, as sociedades individual e com mais de uma pessoa - os sócios dividem os resultados da banca em vez de receber salário.

Entre 2019 e 2025, os vínculos públicos passaram de 31.551 para 56.918, alta de 80%. No setor privado, o crescimento foi de 26%.

Os dados são da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), da Receita Federal, do Inep (Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e do IBGE. O estudo não inclui empresas estatais na conta do setor público (bancos públicos, Petrobras e companhias de saneamento aparecem como empregadores privados).

MUDANÇA

Em um dos anos, 2023, houve uma mudança da forma de preenchimento da Rais para o e-Social. Pode ser que, naquele ano, parte de antigos contratos tenham sido registrados como novos.

O emprego formal é uma parcela pequena da profissão. Os vínculos registrados na Rais equivalem a cerca de 9% dos 1,51 milhão de advogados com inscrição ativa na OAB. Sócios de escritórios e associados não entram na estatística.

Mario Engler, professor da Escola de Direito de São Paulo da FGV e procurador

do Estado de São Paulo aposentado, afirma que grande parte da advocacia privada é exercida por meio de pessoa jurídica. Para Engler, o vínculo trabalhista é atípico no setor e se concentra em empresas e em grandes escritórios.

“Há alternativas menos onerosas como forma de contratação de advogados e um desincentivo ao emprego formal”, afirma.

Segundo ele, parte da explicação para a alta dos vínculos públicos é uma crescente sofisticação do aparelho estatal. Ele afirma que desde a Constituição de 1988 foram criados e fortalecidos diversos órgãos que demandam do Estado uma estrutura mais robusta.

A advocacia pública, por exemplo, representa a União, estados e municípios na Justiça, cobra dívida ativa, dá pareceres em licitações e contratos e diz se um ato do gestor tem amparo legal.

Onde o emprego público é a regra

A dependência do setor público é maior longe do eixo Sul-Sudeste. No Piauí (85%), Roraima, Amapá, Rondônia, Tocantins e Maranhão, ao menos 77% dos advogados com emprego formal trabalham para órgãos públicos.

No Paraná e no Rio Grande do Sul, a fatia também passa da metade, com 60,8% e 52,9%. São Paulo é a exceção. O estado concentra 28,5% dos vínculos do país, mas só 14,1% deles estão no setor público. No Rio de Janeiro, a participação é de 22,5%.



O desafio fiscal do novo governo

A reeleição de Lula traz de volta ao centro do debate o equilíbrio das contas públicas. A dívida elevada e o crescimento das despesas obrigatórias reduzem a margem de manobra do governo. Será necessário apresentar um plano fiscal crível, capaz de estabilizar a dívida sem comprometer investimentos e políticas sociais. A credibilidade será decisiva para reduzir o custo de financiamento da economia.

Juros altos: quem paga essa conta?

A taxa Selic elevada encarece empréstimos, dificulta investimentos e compromete o orçamento das famílias endividadas. Empresas também adiam projetos diante do custo do crédito. Para permitir uma redução sustentável dos juros, o Brasil precisa combinar inflação menor, expectativas ancoradas e responsabilidade fiscal. Não basta pressionar o Banco Central: é preciso criar condições econômicas para que os juros caiam.

Inflação: o desafio continua

Controlar a inflação será uma das prioridades econômicas do novo mandato. A alta dos preços reduz o poder de compra, especialmente das famílias de menor renda, que comprometem parcela maior do orçamento com itens essenciais. O desafio é evitar que pressões cambiais, custos de produção e expectativas desancoradas prolonguem o problema. Estabilidade de preços também é uma política de proteção social.

Fed mantém juros e acende alerta

O Federal Reserve manteve os juros americanos entre 3,75% e 4,00% ao ano. A decisão, porém, não foi unânime: dois dirigentes defenderam uma elevação de 0,25 ponto percentual. A inflação ainda acima da meta de 2% exige cautela. Para o Brasil, juros americanos elevados podem fortalecer o dólar, pressionar o câmbio e limitar o espaço para cortes da Selic.

Dólar e risco fiscal: uma relação direta

O comportamento do dólar não depende apenas dos juros internacionais. A percepção de risco fiscal também influencia a decisão dos investidores de aplicar recursos no Brasil. Quando há dúvidas sobre a trajetória da dívida pública, aumenta a remuneração exigida para financiar o país. Um programa fiscal consistente pode favorecer o real, reduzir pressões inflacionárias e contribuir para melhorar as condições de financiamento da economia.

Endividamento das famílias preocupa

O endividamento das famílias limita o consumo e dificulta a recuperação sustentável da atividade econômica. Com juros elevados, parcelas de empréstimos e faturas acumuladas absorvem recursos que poderiam ser destinados a bens e serviços. Medidas de renegociação podem aliviar a situação, mas não resolvem sozinhas o problema. Educação financeira, crédito responsável e estabilidade de renda são fundamentais para evitar que o endividamento volte a crescer.

Reforma tributária exige atenção

A transição para o novo sistema de tributação sobre o consumo começa a ganhar importância prática em 2027. A mudança promete simplificar procedimentos e reduzir distorções, mas exigirá adaptação das empresas, revisão de sistemas e planejamento tributário. O sucesso dependerá da regulamentação, da segurança jurídica e do funcionamento dos créditos tributários. Simplificar impostos é importante, mas preservar a competitividade e a previsibilidade também é essencial.

Produtividade: o caminho para crescer mais

O Brasil precisa ir além dos estímulos ao consumo para sustentar o crescimento econômico. Ganhos de produtividade dependem de investimento, qualificação profissional, inovação, infraestrutura e melhoria do ambiente de negócios. Uma economia mais produtiva consegue ampliar salários e renda sem gerar pressões inflacionárias na mesma proporção. O desafio do próximo mandato será transformar crescimento de curto prazo em desenvolvimento duradouro, com oportunidades e aumento da renda real.

Mude já, mude para melhor!

Resiliência é a palavra de ordem neste momento. Mude já, mude para melhor!

